



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº 925	
06 / 06 / 2011	
RUBRICA	FOLHAS

MENSAGEM/251

Rio Grande, 30 de maio de 2011.

Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 040, que **CRIA CARGOS NO QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO DA LEI Nº 5.820, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003.**

Justificamos o presente Projeto de Lei, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura é responsável pela guarda, conservação e acesso do conjunto documental produzido ao longo das atividades pedagógicas e administrativas, desenvolvidas no complexo administrativo, nas 65 escolas da rede municipal e nas casas de cultura.

Merece ênfase o de que os documentos relativos a matrículas e ao histórico escolar são demandados por cidadãos mesmo décadas após sua passagem pelos bancos escolares. Para bem atender tais demandas, imperioso se faz que a secretaria processe e gerencie seus documentos de arquivo com emprego de técnicas arquivísticas apropriadas. Por isso, a primeira providência é a incorporação de arquivista ao seu quadro de servidores efetivos, o qual terá a incumbência de organizar e manter o Arquivo da SMEC.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Respeitosamente,

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

EXMº SR.

VER. PAULO RENATO MATTOS GOMES

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NESTA



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 040, DE 30 DE MAIO DE 2011.

**CRIA CARGOS NO QUADRO
DE PROVIMENTO EFETIVO
DA LEI Nº 5.820, DE 07 DE
NOVEMBRO DE 2003.**

Art. 1º Ficam criados Cargos no Quadro de Provimento Efetivo do Serviço Público Municipal Centralizado, a que alude o Artigo 3º, Inciso I; e Artigo 11, inciso IV, da Lei nº 5.820, de 07 de novembro de 2003, a seguir discriminados:

Quantidade	Nomenclatura	Categoria
03	Arquivista	D

Art. 2º Fica incluído no Anexo "E" da Lei Municipal nº 5.820, de 07 de novembro de 2003, as atribuições e síntese de deveres do cargo de Arquivista, conforme anexo desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito, 30 de maio de 2011.


FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMA/SMEC/CSCI/PJ/CMRG/Publicação



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

ATRIBUIÇÕES

NOME DO CARGO: Arquivista

QUADRO: Estatutário

SÍNTESE DE DEVERES: Manter a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado; Tratar, selecionar e manter os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando a tornando assim manifestas suas interrelações originais; Preservar a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa; Assegurar permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos; Responsabilizar-se pelo tratamento dos documentos e justificar a maneira como o fazem; Facilitar o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade; encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito a vida privada; servir aos interesses de todos e evitar tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja; procurar atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência; Trabalhar em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.

EXEMPLO DE ATRIBUIÇÕES: Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental informativo; Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; Planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; Orientação da avaliação e seleção de documentos para fins de preservação; Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

HORÁRIO: Tarde (turno de 6 horas) Carga horária de 30 horas semanais.

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:

INSTRUÇÃO: Nível superior completo em Arquivologia, com diploma reconhecido por lei, com registro profissional no Ministério do Trabalho.

OUTROS: Carteira e trabalho e previdência social.”

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Número de Ordem: 12/2011

Data da Elaboração: 27/05/2011

A) SITUAÇÃO QUE EXIGE A DEMONSTRAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO

- 1) ☐ Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)
2) ☒ Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC 101, art. 17)
3) ☐ Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)
4) ☐ Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)
5) ☐ Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)

Descrição da Situação:

CRIAÇÃO DE 03 CARGOS DE ARQUIVISTA

B) COMPENSAÇÃO OU ORIGEM DE RECURSOS CONFORME A SITUAÇÃO

Espécies de Recursos:

Situações Cabíveis

- | Espécies de Recursos | Situações Cabíveis |
|---|--------------------|
| 1) <input checked="" type="checkbox"/> Aumento de Receitas (aumento de alíquotas, base de cálculo) | 2, 3 |
| 2) <input type="checkbox"/> Diminuição de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado | 2 |
| 3) <input type="checkbox"/> Previsão (a menor) no orçamento - Anexo de Renúncia de Receita | 3 |
| 4) <input checked="" type="checkbox"/> Previsão da despesa no orçamento e na programação financeira | 1, 2, 3 4 e 5 |
| 5) <input type="checkbox"/> Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C. | 2 e 3 |

C) EM CASO DE SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 16 e 17 da LC nº 101/2000:

1) Classificação orçamentária completa por onde vai correr a despesa:

Estrutura Programática		Descrição	Fonte	Valor
08.02.12.361.0001.2353		Pessoal Ativo e Encargos-MDE	0020	24.634,46
08.02.12.361.0007.2362		Manutenção do Vale Alimentação-MDE	0020	2.730,00
08.02.12.272.0001.2359		Encargos com Previdência RPPS - Ativos SMEC	0020	3.311,66
TOTAL DA DESPESA				30.676,12

2) Previsão na Lei de Diretrizes e no PPA:

2.1) ☐ Não2.2) ☒ Sim. Número da ação (projeto/atividade) LDO e PPA: 2353**D) IMPACTO FINANCEIRO**

Programação da despesa (situação 1, 2, 4 e 5)				Situação Contábil no sistema financeiro: (por vínculo de recursos)	
meses	ano corrente	1º ano	2º ano	Fonte:	MDE
janeiro	0,00	8.343,11	8.899,83	Ativo Financeiro mês anterior:	R\$ 6.427.402,29
fevereiro	0,00	4.048,21	4.304,28	(-) Passivo Financeiro mês anterior:	R\$ 1.213.504,60
março	0,00	4.048,21	4.304,28	(=) Resultado Financeiro mês anterior	5.213.897,69
abril	0,00	4.048,21	4.304,28	(+) Receitas Previstas até o final do exercício:	25.041.743,14
maio	0,00	4.048,21	4.304,28	(-) Despesas previstas até final exercício:	25.041.743,14
junho	3.808,88	4.048,21	4.304,28	(=) Resultado Financeiro projetado ano	5.213.897,69
julho	3.808,88	4.048,21	4.304,28	(+) receitas primeiro ano seguinte	26.293.744,08
agosto	3.808,88	4.048,21	4.304,28	(-) despesas primeiro ano seguinte	26.293.744,08
setembro	3.808,88	4.048,21	4.304,28	(+) receitas segundo ano seguinte	27.608.431,29
outubro	3.808,88	4.048,21	4.304,28	(-) despesas segundo ano seguinte	27.608.431,29
novembro	3.808,88	4.048,21	4.304,28	(=) situação financeira antes do Impacto	5.213.897,69
dezembro	7.822,82	8.343,11	8.899,83	(- gastos impacto) = situação projetada	5.065.210,82
Soma	30.676,12	57.168,29	60.842,47		42,30%

E) Percentual atual de despesa com pessoal

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Número de Ordem: 12A/2011

Data da Elaboração: 27/05/2011

A) SITUAÇÃO QUE EXIGE A DEMONSTRAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO

- 1) ☐ Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)
2) ☒ Despesas Obrigatórias de Caráter Continuído (LC 101, art. 17)
3) ☐ Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)
4) ☐ Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)
5) ☐ Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)

Descrição da Situação:

CRIAÇÃO DE 03 CARGOS DE ARQUIVISTA

B) COMPENSAÇÃO OU ORIGEM DE RECURSOS CONFORME A SITUAÇÃO

Espécies de Recursos:	Situações Cabíveis
1) <input checked="" type="checkbox"/> Aumento de Receitas (aumento de alíquotas, base de cálculo)	2, 3
2) <input type="checkbox"/> Diminuição de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuído	2
3) <input type="checkbox"/> Previsão (a menor) no orçamento - Anexo de Renúncia de Receita	3
4) <input checked="" type="checkbox"/> Previsão da despesa no orçamento e na programação financeira	1, 2, 3, 4 e 5
5) <input type="checkbox"/> Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C.	2 e 3

C) EM CASO DE SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 16 e 17 da LC nº 101/2000:

1) Classificação orçamentária completa por onde vai correr a despesa:		Fonte	Valor
Estrutura Programática	Descrição		
03.01.28.846.0001.0107	Encargos Especiais com Previdência - RPPS - Executivo	0001	4.760,40
TOTAL DA DESPESA			4.760,40

2) Previsão na Lei de Diretrizes e no PPA:2.1) ☐ Não2.2) ☒ Sim. Número da ação (projeto/atividade) LDO e PPA:**D) IMPACTO FINANCEIRO**

Programação da despesa (situação 1, 2, 4 e 5)				Situação Contábil no sistema financeiro:	
meses	ano corrente	1º ano	2º ano	(por vínculo de recursos)	
janeiro	0,00	1.273,41	1.362,54	Fonte:	0001
fevereiro	0,00	636,70	681,27	RECURSO LIVRE	
março	0,00	636,70	681,27	Ativo Financeiro mês anterior:	
abril	0,00	636,70	681,27	(-) Passivo Financeiro mês anterior:	
maio	0,00	636,70	681,27	(+/-) Resultado Financeiro mês anterior:	
junho	595,05	636,70	681,27	(+/-) Receitas previstas até o final do exercício:	
julho	595,05	636,70	681,27	(-) Despesas previstas até final exercício:	
agosto	595,05	636,70	681,27	(+/-) Resultado Financeiro projetado ano	
setembro	595,05	636,70	681,27	(+/-) receitas primeiro ano seguinte	
outubro	595,05	636,70	681,27	(-) despesas primeiro ano seguinte	
novembro	595,05	636,70	681,27	(+/-) receitas segundo ano seguinte	
dezembro	1.190,10	1.273,41	1.362,54	(-) despesas segundo ano seguinte	
Soma	4.760,40	8.913,84	9.537,81	(+/-) situação financeira antes do Impacto	
				(- gastos impacto) = situação projetada	

E) Percentual atual de despesa com pessoal

42,30%



A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 925/11

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

Ver. Repelchinho

- (X) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.
() Não Requerido o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.

Deliberou a Comissão de:

- (X) Enviar ao Consultor Jurídico.
() Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 07 de junho de 2011

[Assinatura]
Presidente da Comissão

PARECER JURÍDICO

Nº 657/11

- () Em anexo
(X) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 07 de junho de 2011

[Assinatura]
Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

- (X) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.
() Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.
() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 17 de junho de 2011

[Assinatura]
Relator(a)

7/06/2011



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,
INFRA-ESTRUTURA, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA**

PARECER

PROCESSO... 925/11

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara o referido como:

☒ CONSTITUCIONAL

☐ INCONSTITUCIONAL


☐ ANTIJURÍDICO


☐ ANTIREGIMENTAL

☐ INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

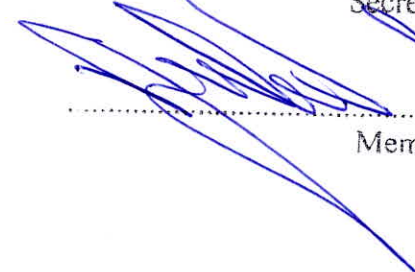
Este é o parecer desta comissão.

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, ... 7 de ... 06 de 2011


.....
Presidente


.....
Vice-Presidente


.....
Secretário


.....
Membro



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Ofício nº 0558/11
Proc. 0925/2011

Rio Grande, 15 de junho de 2011.

Ao Exmo. Sr.
Fábio de Oliveira Branco
Prefeito Municipal
Nesta

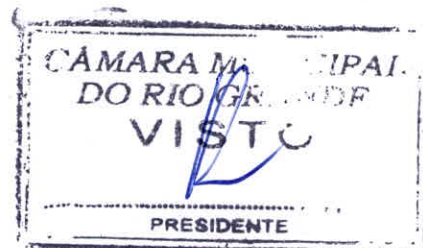
Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei nº 40/2011 em anexo, para sua devida apreciação, aprovado no dia de hoje.

Atenciosamente,


Ver. Paulo Renato Mattos Gomes- Renatinho
Presidente

ANEXO: Cria Cargos no Quadro de Provimento Efetivo da Lei nº 5.820, de 07 de novembro de 2003.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI

**CRIA CARGOS NO
QUADRO DE PROVIMENTO
EFETIVO DA LEI Nº 5.820,
DE 07 DE NOVEMBRO DE
2003.**

Art. 1º Ficam criados Cargos no Quadro de Provimento Efetivo do Serviço Público Municipal Centralizado, a que alude o Artigo 3º, Inciso I; e Artigo 11, inciso IV, da Lei nº 5.820, de 07 de novembro de 2003, a seguir discriminados:

Quantidade	Nomenclatura	Categoria
03	Arquivista	D

Art. 2º Fica incluído no Anexo "E" da Lei Municipal nº 5.820, de 07 de novembro de 2003, as atribuições e síntese de deveres do cargo de Arquivista, conforme anexo desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação



LEI Nº 7.062, DE 30 DE JUNHO DE 2011.

**CRIA CARGOS NO QUADRO
DE PROVIMENTO EFETIVO
DA LEI Nº 5.820, DE 07 DE
NOVEMBRO DE 2003.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados Cargos no Quadro de Provimento Efetivo do Serviço Público Municipal Centralizado, a que alude o Artigo 3º, Inciso I; e Artigo 11, inciso IV, da Lei nº 5.820, de 07 de novembro de 2003, a seguir discriminados:

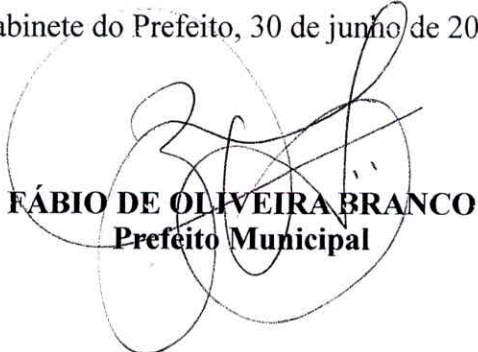
Quantidade	Nomenclatura	Categoria
03	Arquivista	D

Art. 2º Fica incluído no Anexo “E” da Lei Municipal nº 5.820, de 07 de novembro de 2003, as atribuições e síntese de deveres do cargo de Arquivista, conforme anexo desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito, 30 de junho de 2011.



FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMA/SMEC/CSCI/PJ/CMRG/Publicação



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

ATRIBUIÇÕES

NOME DO CARGO: Arquivista

QUADRO: Estatutário

SÍNTESE DE DEVERES: Manter a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado; Tratar, selecionar e manter os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando a tornando assim manifestas suas interrelações originais; Preservar a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa; Assegurar permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos; Responsabilizar-se pelo tratamento dos documentos e justificar a maneira como o fazem; Facilitar o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade; encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito a vida privada; servir aos interesses de todos e evitar tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja; procurar atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência; Trabalhar em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.

EXEMPLO DE ATRIBUIÇÕES: Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental informativo; Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; Planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; Orientação da avaliação e seleção de documentos para fins de preservação; Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

HORÁRIO: Tarde (turno de 6 horas) Carga horária de 30 horas semanais.

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:

INSTRUÇÃO: Nível superior completo em Arquivologia, com diploma reconhecido por lei, com registro profissional no Ministério do Trabalho.

OUTROS: Carteira e trabalho e previdência social.”

ATA Nº

8681

PROCESSO Nº

925/11

VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	PAULO RENATO MATTOS GOMES	—		
2	THIAGO PIRES GONÇALVES	✓		
3	JOSÉ ANTONIO DA SILVA-REPOLHINHO	✓		
4	WILSON BATISTA DUARTE SILVA-	✓		
5	LUCIANE COMPIANI BRANCO	✓		
6	ÂNGELO FERNANDO SILVA RIBEIRO	✓		
7	AUGUSTO CESAR MARTINS DE OLIVEIRA	✓		
8	CARLOS FIALHO MATTOS	✓		
9	CLAÚDIO JOSE CARDOSO COSTA	✓		
10	GIOVANI BASTOS MORALLES	✓		
11	JÚLIO CÉZAR JORGE MARTINS	✓		
12	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
13	RENATO ESPÍNDOLA ALBUQUERQUE	✓		
	RESULTADO: <i>aprovado</i>	<i>18</i>		

DATA: 15.06.11

SECRETÁRIO